

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Econ. Brasil Diretor: Walter Fontoura
Editor: Paulo Henrique Amorim

Fornalhas Inflacionárias

À parte os efeitos realmente traumátizantes da maxidesvalorização do cruzeiro, o Brasil embarcou nos últimos dias num clima tão negativo e tão pernicioso que é como se o país, de repente, fosse todo chorar em peso nas portas dos cemitérios, esquecido de que ainda existem maternidades.

Terra arrasada é o que se vê por toda a parte. Um dilúvio? Uma catástrofe universal? Ou mais um exagero de enfoque de uma sociedade que sofre de várias síndromes?

Em sã consciência, tentando traçar uma linha média entre a porta das maternidades e a dos cemitérios, o fato é que o Brasil não vai acabar, mas se não encontrar linguagem e formas apropriadas de colocar seus problemas terminará resvalando para o rol das sub-nações sem futuro que se encontram em várias partes do mundo. São nações *lumpens*, onde tudo se confunde, onde a Oposição deve ser feita sempre pelo mais baixo dos baixos níveis e o Poder se exerce em proporção igual, sem caráter e sem compromissos além da própria sobrevivência.

Nota-se, no Brasil de hoje, uma vocação irresistível para atacar os problemas pelo geral, partindo do geral, do não-específico, do não-técnico. Falta discutir a sociedade na sua base. Veja-se tudo o que se escreveu até agora sobre a maxidesvalorização do cruzeiro. Quem questionou os altos custos de produção industrial que determinam a falta de competitividade de muitos dos nossos manufaturados? Quem questionou as relações entre as empresas públicas e os órgãos multilaterais de crédito, que nos impedem de usar matérias-primas (como energia) a preços mais baixos, permitindo que a indústria brasileira venha a competir melhor em custos no exterior, em lugar de sempre pedir pela muleta das taxas de câmbio? Quem questionou o desperdício institucionalizado em empresas estatais que não disparam de nada que se possa chamar de um decente departamento de Organização e Métodos?

Eis um exemplo simplório do que nos corrói por dentro, nos desorganiza e destrói em termos competitivos: uma usina produz álcool em um Estado do Norte do país; a 15 quilômetros de distância encontra-se um posto fornecedor de combustível; a usina não entrega seu álcool diretamente ao posto — este é transportado até outro Estado, percorrendo 700 quilômetros de ida e volta para ser revendido legalmente pela empresa estatal controladora da distribuição do álcool. Quem paga o frete? Os consumidores, por certo. A Nação, por certo. Outro exemplo: um industrial, no Rio, é solicitado a usar mais energia elétrica e menos óleo diesel para aquecer suas caldeiras. Dispomos de energia sobrando. De óleo diesel, não. As vantagens para aumentar o consumo de energia são entretanto limitadas; feitas as contas, a indústria irá pagar uma tal taxa de juros com a conversão de suas caldeiras que a oferta da energia elétrica torna-se desinteressante. Por que não se reduz mais ainda o custo da energia que nos sobra? Porque amarramos nos empréstimos das instituições financeiras internacionais a construção de usinas a uma rentabilidade de que não permite o subsídio. Por que tratar o

subsídio de modo geral, como se fosse um crime que só as nações ricas podem cometer? Por acaso as instituições internacionais conseguem evitar que a rica Comunidade Econômica Européia deixe de subsidiar o açúcar para competir com os países subdesenvolvidos pelo mercado exportador?

O elenco de desacertos e disparates na nossa vida econômica iria longe. Soluções? Em primeiro lugar será preciso que este país deixe de cultivar a política de terra-arrasada. Há pelo ar uma espécie de descompromisso completo entre Oposição e Governo, uma noção de vale-tudo que se espelha na irresponsabilidade coletiva: de um lado, os encarregados da política econômica fazem ziguezagues alegadamente porque estão sendo, como já disse um Ministro, "encostados na parede". Onde está, nestas circunstâncias, a capacidade de liderar que se espera de um Governo? Por que falhou a mobilização psicológica da sociedade brasileira para a "economia de guerra" à qual o Presidente da República referiu-se há três anos? Onde está a capacidade para separar os males que afetam o país no meio de uma crise internacional dos problemas entre Oposição e Governo? Onde está, na própria Oposição, a disposição para transformar a crítica em algo que não lhe destrua o país que poderá herdar? Ouvimos, no fim da semana passada, um economista responsável como o Sr. Gilberto Paim dizer que a inflação irá pular de 70 para 170% devido à máxi, o que é evidentemente um exagero. Ouvimos outros economistas igualmente responsáveis mergulhados na irritação quando deveriam assumir o papel de líderes de propostas concretas. O excesso de palavras, na verdade, é uma das mais interessantes características deste momento da vida brasileira, e isso não reflete competência em lado nenhum.

Quando a Oposição vocifera contra a dívida externa, o faz muitas vezes com impropriedade. Falta objetividade. Falta dizer aos senhores do Banco Mundial, que se sentam em confortáveis poltronas no ar-condicionado da avenida Pensilvânia, em Washington, que são incompetentes ao amarrarem os países que podem tirar algum proveito de suas matérias-primas baratas para melhorar a capacidade de competir de seus produtos de exportação. Falta linguagem e preparo na Oposição para também ajudar a dizer tais coisas e sensibilizar a burocacia internacional quando deles também se exigiria flexibilidade.

Por certo o Brasil requer um debate melhor, mas um debate no nível superior não se obtém apenas vociferando contra o Governo, dizendo que o país estará quebrado no dia seguinte e realimentando os sentimentos de frustração e incapacidade que parecem ser uma constante na herança da cultura brasileira. Sem dúvida a falta de liderança e de gestão é parte desse pecado. Gestão é o que se requer no nível de cada empresa, de cada autarquia, de cada Ministério, no dia-a-dia e na cobrança de cada cruzeiro gasto. Mais, muito mais do que explicações de honestos funcionários de segunda linha — é o que a Nação requer neste momento grave.